

# Dossiê

## 90 anos da Revolução Russa

Parte I

### A Revolução de Outubro, 90 anos depois

Oswaldo Coggiola\*



\* Professor livre-docente de História Contemporânea na USP.

**D**epois da revolução de fevereiro de 1917, que derrubou o autocrático e secular poder czarista, no meio do drama da I Guerra Mundial, o poder ‘democrático’ (capitalista), exercido por coalizões cada vez mais ‘à esquerda’, desfraldou crescentemente suas contradições e sua impotência para dar solução aos problemas que deram origem à revolução democrática. E os *soviets* (conselhos operários), originados na revolução de 1905, ao configurarem uma situação de dualidade de poderes, colocavam a possibilidade de uma alternativa política. Já em setembro de 1917, os operários exigiram o fim do governo provisório de coalizão e medidas imediatas. Lênin enfrentava a batalha no Comitê Central bolchevique, onde, contra a oposição dos influentes Zinoviev e Kamenev, conseguiu fazer aprovar a orientação favorável a uma insurreição que transferisse o poder aos soviets, a essa altura já com maioria bolchevique.

O exercício do poder proletário dentro das fábricas vinha sendo preparado pelos bolcheviques desde antes da insurreição. A 17 de outubro de 1917 se inaugurou a Terceira Conferência de Comitês de Fábrica de Toda a Rússia, que agrupava 167 delegados: 127 bolcheviques e 24 socialistas revolucionários de esquerda, aliados dos bolcheviques. Nas eleições de setembro dos comitês, os bolcheviques obtiveram 51% dos votos. Em Moscou e em Petrogrado conseguiram 424.000 votos, contra 455.000 dos partidos restantes.

A idéia econômica central que Lênin então expôs foi a do ‘controle operário’ da indústria. Isto não significava ainda a socialização ou nacionalização total da economia. O ‘controle operário’ era concebido como uma espécie de controle dual da indústria por patrões e trabalhadores, um condomínio no qual estes últimos deveriam se adestrar para uma futura administração exclusiva e no qual progressivamente iriam ampliando a esfera de suas responsabilidades. Entre fevereiro e outubro, os bolcheviques prepararam a classe operária para exercer o poder. Em seu opúsculo prévio à insurreição (*Os bolcheviques conservarão o poder?*) Lênin consignava que “a principal dificuldade para a revolução proletária consiste em realizar a escala nacional o inventário e o controle mais preciso, o controle operário da produção e da distribuição”. A primeira conferência dos comitês de fábrica determinou todo o desenvolvimento posterior da revolução; demonstrou que o proletariado de Petrogrado e toda a massa trabalhadora caminhava com os bolcheviques e que o proletariado estava disposto a defender as palavras-de-ordem da revolução social em sua luta contra a burguesia. A conquista da classe operária foi o primeiro passo dos bolcheviques em direção do poder.

A insurreição foi finalmente deflagrada vitoriosamente em Petrogrado, a 26 de outubro, sob a direção do comitê militar revolucionário, presidido por Trotsky. Algumas horas mais tarde, o II Congresso Panrusso dos Sovietes (com 390 bolcheviques entre seus 673 delegados) aprovou a insurreição e o novo *Governo dos Comissários do Povo* presidido por Lênin. Vejamos o seu percurso prévio com maior detalhe.

A insurreição de outubro concentrou todas as contradições nacionais e internacionais da conjuntura, assim como toda a experiência revolucionária acumulada. Está claro que a decisão de tomar o poder foi tomada pelo partido bolchevique, não pelo soviete (que a encampou). Cabe definir isso como um simples golpe, no sentido estrito do termo, ou cabe acompanhar Edward H. Carr, para quem, depois da conquista de uma maioria bolchevique nas principais guarnições militares, “uma revolução bolchevique era inevitável”? O bolchevismo já controlava, depois de conquistá-las através da luta política, as principais alavancas do poder; por outro lado, todos os partidos políticos tinham desfilado no governo, sem resolver os problemas internos e externos, e isto no quadro de uma crise total da sociedade, uma crise revolucionária. Um governo bolchevique era, na verdade, a única esperança das massas mobilizadas.

Em outubro, com o declínio da influência dos socialistas-revolucionários no campo, os bolcheviques haviam conquistado a maioria nos sovietes, sobretudo dos seus setores mais dinâmicos. Trezentos mil soldados e marinheiros da guarnição de Petrogrado só aceitavam ordens dos sovietes bolcheviques. Em contrapartida, o governo contava, na capital, com apenas trinta mil soldados a seu favor. A 16 de outubro, Kerensky tinha transmitido à guarnição militar de Petrogrado a ordem de deslocamento para o *front*. Uma vez que a guarnição só obedecia ao soviete de Petrogrado, Trotsky a conservou na capital, e justificou o descumprimento da ordem do governo provisório com a necessidade de defender a cidade de prováveis ataques do exército alemão.

A permanência da divisão de Petrogrado selava a sorte do governo de Kerenski, esvaziado de base popular e impotente do ponto de vista militar. A manobra de Trotsky foi descrita como um ‘golpe de Estado a frio’. Na verdade, como afirmou Moshé Lewin, “em setembro de 1917, os mencheviques e os SR, desejosos de achar parceiros para um governo democrático, perderam o controle da situação. Os bolcheviques tentaram negociar com eles um programa comum, com a condição de que parassem de buscar as benesses dos liberais. Sua negativa definiu a sorte da ala bolchevique favorá-

***A insurreição de outubro concentrou todas as contradições nacionais e internacionais da conjuntura, assim como toda a experiência revolucionária acumulada.***

vel a um governo de coalizão... e também a daqueles que rejeitaram a oferta. A partir de então, a tomada do poder pelos bolcheviques parecia a única saída realista”. A guerra continuava: as palavras de Trotsky no *Proletarii* de

24 de agosto de 1917 eram apenas realistas: “Revolução permanente ou massacre permanente! Essa é a luta de cujo resultado depende a sorte da humanidade”.

A 24 de outubro, em desespero, Kerensky ordenou a repressão policial ao soviete de Petrogrado e ao partido bolchevique: no dia seguinte devia iniciar-se a reunião do II Congresso Panrusso dos Sovietes. Ao ordenar a repressão, o próprio chefe do governo provisório forneceu o motivo formal para sua derrubada. O comitê militar revolucionário executou o plano insurrecional a 26 de outubro e, em questão de horas, os ministérios, repartições públicas e a sede do governo caíram sob o domínio dos guardas vermelhos, força militar do soviete.

Os combates que se seguiram provocaram uma dezena de mortos e sessenta feridos. A partir daí, a transferência do poder aos soviets se efetuou em poucos dias, com poucos atritos, por todo o território do antigo império czarista (à exceção de Moscou, onde a tomada do poder custou centenas de mortos aos insurretos). No total, segundo estimativa de Trotsky, somente trinta mil homens participaram da luta. De um modo geral, a conquista do poder se fez por um caminho pacífico, possível na situação de dualidade de poderes e de amplas liberdades democráticas e de organização existentes de fato.

Assim, ao contrário da revolução de fevereiro, a revolução de outubro assumiu a forma de um golpe de Estado, da vitória de uma minoria conspirativa. Porém, desde o início, o conteúdo envolvido por esta aparência era o de uma revolução. Por isso mesmo, a própria forma mudou ao se travar uma guerra civil sangrenta.

Outubro foi um golpe de Estado no sentido em que o é qualquer transferência do poder executada fora da institucionalidade (ou legalidade) existente (e, nesse sentido, não existe revolução sem golpe de Estado), executado desde fora dessa institucionalidade, através dos soviets e seus guardas vermelhos, e não desde dentro da mesma, como é o caso dos golpes militares: o termo ‘golpe de Estado’ designa, de modo amplo, uma forma de ação política; é o conteúdo da política que ele exprime e executa o que deve ser determinado pela análise histórica.

Mas, se o governo provisório, Kerensky, tivessem agido de modo diferente? Se, em vez de se associar ao fantasma de uma contra-revolução sem tropas, Kerensky tivesse concluído a paz e dado a terra aos camponeses, é possível que Lênin nunca tivesse entrado no Kremlin. Mas, em 1917, tal programa era de fato bolchevismo, e teria se chocado com a oposição feroz dos aliados e dos liberais russos. Era, porém, na prática, a única política com chances de sucesso: os moderados garantiram, rejeitando-a, a vitória de seus adversários. As próprias instituições do governo provisório careciam de qualquer legitimidade a não ser a de serem originadas nas instituições do regime derrubado em fevereiro.

Mas Outubro esteve longe de ser a ‘vitória final’. Os problemas apenas começavam. Em dezembro de 1917 o governo soviético reconheceu a independência da Finlândia: uma guerra civil aconteceu de imediato, sendo os operários massacrados pelas tropas do general czarista Mannerheim, apoiado pelo exército alemão (abril de 1918) sem que os seus aliados russos pudessem ter um papel importante. Na Ucrânia, um movimento nacionalista rudimentar (reduzido à intelectualidade) proclamara em junho de 1917 uma república autônoma sob a autoridade da Rada, espécie de assembleia nacional.

Depois de Outubro, os governos dos países da Entente apoiaram a Rada, sendo então o país dividido, com a proclamação de um governo soviético (chefiado pelos bolcheviques Rakovsky e Piatakov) e com a passagem da Rada (chefiada por Petliura) para a órbita alemã. A Geórgia, por sua vez, escapara da sorte da Armênia e do Azerbaijão, esmagadas pelo Império Otomano logo após a

proclamação da sua independência, aliando-se em maio de 1918 à Alemanha.

O governo bolchevique deflagrou um grande esforço de propaganda em direção às minorias nacionais, em especial aos muçulmanos. No plano interno, os problemas não eram menos importantes. O governo soviético lançou dois decretos, referidos à paz (democrática e imediata, sem anexações nem indenizações), e ao acesso à terra (com o confisco sem indenização das grandes propriedades, e entrega das mesmas aos soviets rurais). Os grandes centros urbanos se uniram ao poder soviético, os marinheiros e guardas vermelhos ocuparam os centros de poder. Surgiram os decretos sobre a imprensa, a milícia operária, o controle operário, os tribunais populares, o direito das nacionalidades à autodeterminação.

O partido SR de esquerda se integrou ao governo soviético. O poder pertencia de fato aos soviets, eleitos no local de trabalho, revogáveis, estruturados nacionalmente de forma piramidal: locais (ou de aldeia), de distrito, de cidade, de província. No topo, o Congresso Panrusso, que delegava seus poderes ao Conselho Executivo e ao Conselho dos Comissários do Povo: com esta estrutura, o funcionamento dos soviets era claramente democrático.

Com a aceleração dos acontecimentos e a dinâmica da própria revolução, tornava-se visível seu caráter socialista. Isto foi claramente colocado em um dos principais textos de Lênin no ‘dia seguinte da revolução’ (*As Tarefas Imediatas do Governo Soviético*, de abril de 1918):

*“Vejam a distinção entre as prévias revoluções burguesas e a revolução social atual. Em revoluções burguesas a tarefa principal das massas do povo trabalhador era o trabalho negativo ou destrutivo de abolir o feudalismo, a monarquia e o medievalismo [...] Em toda revolução socialista, entretanto (e, conseqüentemente na revolução socialista que nós começamos na Rússia a 25 de outubro de 1917), a tarefa principal do proletariado, e dos camponeses pobres por ele liderado, é o trabalho positivo ou construtivo de estabelecer um sistema extremamente intrincado e delicado de novas relações organizacionais extensivo à produção e distribuição planejada dos*

# Dossiê 90 anos da Revolução Russa – Parte I

*A Revolução de Outubro, 90 anos depois*

*bens requeridos pela existência de dezenas de milhões de pessoas [...] A principal dificuldade está na esfera econômica, a saber, a introdução de uma contabilidade estrita e universal e o controle da produção e distribuição de bens, aumentando a produtividade do trabalho e socializando a produção na prática”.*

Lênin e Trotsky foram adversários teóricos e políticos no período 1904-1916, mas o desenrolar dos acontecimentos de 1917 acabaria por aproximá-los tanto em termos práticos como teóricos. Por um lado, Trotsky se convenceria da superioridade das concepções organizacionais partidárias leninistas (e se juntaria aos bolcheviques, formalmente no congresso de agosto do partido). Por outro lado, a própria dinâmica histórica de 1917, com a aceleração dos acontecimentos revolucionários, a rápida transformação da revolução democrático-burguesa em socialista, a rápida ascensão ao poder do proletariado revolucionário (e a igualmente rápida exclusão dos partidos camponeses) parecia seguir um padrão histórico enfatizado previamente bem mais por Trotsky (‘revolução permanente’) do que por Lênin.



Vitoriosa a insurreição, a paz era o problema mais urgente: um armistício foi selado a 2 de dezembro na base do *statu quo* territorial e da organização das relações com o novo governo soviético. Trotsky o representou nas negociações com o Estado-Maior alemão, celebradas em Brest-Litovsk, quando adotou uma atitude de ofensiva política, ao tempo que progredia a confraternização entre as tropas adversárias no *front*. A 5 de janeiro de 1918, houve um ultimato alemão com condições leoninas: os dirigentes bolcheviques se dividiram entre Lênin (partidário de aceitá-lo) e Bukhárin (que defendeu a ‘guerra revolucionária’ contra a Alemanha). Venceu a posição intermediária de Trotsky: parar a guerra, mas sem assinar a paz. Resultado: ofensiva alemã e debandada russa.

Os bolcheviques foram então obrigados a aceitar condições ainda mais duras: pelo Tratado de Brest-Litovsk perderam 26% da população do país, 27% das terras férteis, 26% das estradas de ferro, 75% do carvão, do ferro e do aço, 40% do proletariado industrial.

Logo após a revolução, a Rússia encontrava-se, portanto, rodeada de protetorados alemães: a Ucrânia, com Skoropadsky; a Finlândia, com Mannerheim; o Dom, com Krasnov; os japoneses, enquanto isso, ocupavam a fronteira com a Manchúria chinesa. Em maio de 1918 o governo soviético foi atacado pela Legião Tcheca, financiada pelo governo francês. Em Omsk e Samara foram criados governos anti-soviéticos, as tropas inglesas desembarcam ao Norte.

A retirada alemã, fruto do acordo assinado, deu um certo fôlego ao governo revolucionário, mas em

**Lênin e Trotsky  
foram adversários  
teóricos e políticos no  
período 1904-1916,  
mas o desenrolar dos  
acontecimentos de 1917  
acabaria por aproximá-los.**

1919 as tropas estrangeiras estavam em toda parte: a Legião Tcheca além dos Urais, o almirante Kolchak no Leste, o general Denikin no Sudeste, os japoneses em Vladivostok, os franceses em Baku e nos países bálticos, junto ao general Iudenich, e também em Odessa...

Nessas condições deflagrou-se uma guerra civil que os

bolcheviques não desejavam. De um lado, 500 mil ‘brancos’, restos do antigo exército, comandados por oficiais reacionários ou por aventureiros divididos por ambições e corrupção. Sem nenhuma política, a não ser se apropriar das armas e do dinheiro que vem do estrangeiro, de países sem nenhum entusiasmo por entrar nesta nova crise. Do outro, o Exército Vermelho, criado por decreto de 15 de janeiro de 1918 (Trotsky foi nomeado Comissário de Guerra, o que significava chefiar o Exército, a partir de 13 de março): 5 milhões de soldados, controlados por ‘comissários políticos’, mal armados, mal abastecidos, mal dirigidos militarmente, mas com moral superior e com liderança política. Seguiu-se um longo e destrutivo conflito que, para surpresa do mundo, seria vencido pelos ‘vermelhos’ chefiados por Trotsky, cuja figura assumiria ares de lenda.

No plano interno, desde o início da revolução foram adotadas medidas que tendiam ao exercício real do poder pelos trabalhadores. Já no primeiro ano da existência do Estado soviético foram elaborados os atos legislativos fundamentais no domínio da política social, que incluíam problemas tais como o trabalho, a organização da sua proteção, o salário, os cuidados com a saúde dos trabalhadores, a proteção à maternidade e à infância, o melhoramento das condições habitacionais e das condições de vida, a assistência médica dos trabalhadores.

Eis o testemunho do contemporâneo John Reed sobre o funcionamento soviético no início da Revolução:

*“O Soviete dos Deputados Operários e Soldados de Petrogrado, que estava em plena atividade quando me encontrava na Rússia, pode fornecer um exemplo do funcionamento da organização governamental urbana do Estado socialista. Era formado por cerca de 1200 delegados e, em circunstâncias normais, tinha uma sessão plenária de duas em duas semanas. Ao mesmo tempo, ele nomeava um ‘Comitê Executivo Central’ de 110 membros eleitos numa base de representação proporcional dos partidos; este Comitê Executivo Central convidava, para participar nos seus trabalhos, membros do Comitê Central de todos os partidos, do Comitê Central dos sindicatos profissionais, comissões das empresas e outras organizações democráticas.*”

*A par do grande Soviete da cidade existiam ainda sovietes de bairro, constituídos por delegados de cada bairro no Soviete da cidade e responsáveis pela administração dos respectivos setores urbanos”.*

Com relação à justiça, todos os observadores coincidem em reconhecer a generosidade (alguns chegam a falar em ‘ingenuidade’) da revolução na matéria. A palavra ‘culpado’ foi cancelada do vocabulário oficial: somente a sociedade era culpada dos crimes perpetrados por seus membros. Foi sugerido que se eliminassem do Código Penal as penas de prisão com duração máxima e mínima para determinados delitos. Krylenko queria confiar às cortes a imposição de penas, de acordo que o que considerassem apropriado em cada caso. Na primeira redação do novo Código Penal, o governo fixou a pena máxima em cinco anos de “privação de liberdade”.

Em maio de 1922 a pena máxima foi elevada para dez anos, mas inclusive esse prazo era favorável comparado com o vigente antes da revolução, que chegava a vinte anos. A educação e instrução dos presos foi promovida e fomentada. Esperava-se que a influência do novo sistema soviético contribuísse para reformar rapidamente os criminosos e delinqüentes.

A questão nacional, por sua vez, não era apenas um aspecto de política ‘interna’: ela punha em jogo o elo da revolução russa com a revolução internacional. A política bolchevique não era produto de um posicionamento isolado ou empírico, mas um aspecto integral de uma estratégia internacional de transição ao socialismo. Nas palavras de Lênin: “Igualdade completa de direitos para todas as nações, direito das nações a disporem livremente de seus destinos, fusão dos operários de todas as nações: esse é o programa que o marxismo e a experiência da Rússia e do mundo inteiro ensinam aos operários”.

Na concepção de Lênin, as tendências objetivas do imperialismo colidiam necessariamente com as tendências subjetivas da nacionalidade oprimida, criando (assim como o capitalismo cria seu coveiro, o proletariado) o “sujeito da auto-determinação”. Segundo Rosa Luxemburgo, a política posta em prática pela Revolução de Outubro (a independência das nacionalidades oprimidas pelo

império russo) foi um recurso tático, nocivo aos interesses da revolução; já para Trotsky:

*“Sejam quais forem os destinos ulteriores da nação soviética, a política nacional de Lênin ingressou para sempre na matéria sólida da humanidade’. Anos depois de Outubro, um moribundo Lênin rompeu com Stálin, escrevendo que ‘nada atrasa tanto o desenvolvimento e a consolidação da solidariedade de classe como a injustiça no terreno nacional. Nada ofende tanto o componente de uma nacionalidade como o ataque ao sentimento de igualdade pelos seus camaradas proletários, embora o façam por negligência”.*

Eric Hobsbawm chegou a afirmar que o final da I Guerra Mundial testemunhou a vitória da “ideologia leninista-wilsoniana” da auto-determinação nacional, assemelhando a política de Lênin aos 14 pontos de Woodrow Wilson (presidente dos EUA), que serviram de base para a criação da Liga das Nações. Na verdade, foi em torno dos ‘14 pontos’ que soldou-se a aliança entre a social-democracia europeia e os EUA, na Alemanha, governada pelo partido social-democrata (e beneficiada pela transferência de dólares do Plano Dawes), aliança baseada na comum hostilidade à revolução soviética. Nas nações do império russo momentaneamente ‘auto-determinadas’ pelos aliados da Entente no primeiro pós-guerra (Ucrânia, Geórgia e outras), e governadas pelos mencheviques, a política seguida combinou a repressão e a ocupação militar por tropas alemãs e francesas.

A complexidade do problema nacional no marco de uma revolução socialista levou Trotsky a tentar precisar a dialética existente entre a auto-determinação nacional e a revolução social:

*“A república soviética, contra o império czarista, soldado pela violência e pela opressão, proclamou abertamente o direito à auto-determinação dos povos, e a liberdade para se constituírem em estados nacionais independentes. Entendendo a importância desse princípio para a transição ao socialismo, nosso partido não o transformou, no entanto, em dogma absoluto, superior a todas as tarefas históricas.*

*O desenvolvimento econômico da humanidade atual tem um caráter profundamente centralizado. O capitalismo criou as premissas essenciais para a realização de um sistema econômico mundial único. O imperialismo não é senão a expressão de rapina da necessidade de unidade e direção para toda a vida econômica do planeta (mas) o princípio de auto-determinação dos povos não está por cima das tendências unificadoras da economia socialista. O centralismo socialista não pode tomar imediatamente o lugar do centralismo imperialista. As nações oprimidas devem ter a possibilidade de relaxar seus membros esclerosados pelo jugo capitalista. Mas a impotência econômica desses compartimentos estanques que são os diversos estados nacionais revela-se em toda a sua extensão a partir do nascimento de cada novo estado nacional. A revolução social vitoriosa deixará a cada grupo nacional a faculdade de resolver os problemas da cultura nacional, mas unificará – em benefício dos trabalhadores e com seu acordo – as tarefas econômicas cuja solução racional depende das condições históricas e técnicas naturais, não da natureza dos grupos nacionais. A independência nacional é a etapa histórica, freqüentemente inevitável, em direção à ditadura da classe operária, que, em virtude das leis da estratégia revolucionária manifesta, inclusive na guerra civil, tendências profundamente centralistas, opostas ao separatismo nacional e coincidentes com as necessidades da economia socialista racional do futuro”.*

***A política bolchevique não era produto de um posicionamento isolado ou empírico, mas um aspecto integral de uma estratégia internacional de transição ao socialismo.***

Certamente, a questão nacional herdada do Império Russo não foi resolvida, na URSS, do modo descrito por Trotsky. A burocratização crescente da revolução levaria a novas formas de opressão nacional, às vezes piores que as do passado. A URSS stalinista mereceria o qualificativo de ‘prisão dos povos’ que, outrora, o czarismo tinha

‘ganho’, com justiça. E, setenta anos depois, a questão nacional (a reformulação do ‘Tratado da União’) seria o calcanhar de Aquiles e o estopim que levaria ao fim da própria URSS, em agosto-dezembro de 1991.

Nos últimos anos, com boas e honrosas exceções, a literatura (especializada ou não) sobre a Revolução de Outubro adquiriu um tom cada vez mais violento e ideológico, de vituperação: tratar Lênin e Trotsky de ‘assassinos’ ou de ‘bandidos’ tornou-se moeda corrente. Que dirá, por exemplo, neste aniversário, a *Veja*, depois de descarregar seu caminhão de estrume sobre o Che Guevara, 40 anos depois de seu assassinato?

A Revolução Russa foi uma conseqüência da crise mundial do capitalismo, que teve a sua expressão clara (e trágica) na I Guerra Mundial. Sua ocorrência no auge da guerra mundial, e em conseqüência dela, foi mais do que uma coincidência. A guerra desfechou um golpe na ordem capitalista internacional, tal como existia antes de 1914, e revelara sua instabilidade inerente. A revolução foi, ao mesmo tempo, uma conseqüência e uma causa do declínio do capitalismo.

Os bolcheviques, os comunistas, pretendiam dar, com a tomada do poder na Rússia, o primeiro passo em direção da revolução socialista mundial. Outubro esteve longe de ser a ‘vitória final’. Os problemas apenas começavam. O programa dos bolcheviques não era a criação de um novo país, mas a inauguração de uma nova etapa histórica, para toda a humanidade: o início da revolução socialista mundial, embora ela assumisse, no seu início, ainda, formas nacionais. Disse Lênin, na época:

*“Não foi nossa vontade, mas as circunstâncias históricas, a herança do regime czarista e a fraqueza da burguesia russa, que fizeram que o nosso destacamento se encontrasse na frente dos outros setores do proletariado internacional. Nós não o desejamos assim, isto nos foi imposto. E devemos permanecer em nosso posto de luta até a chegada de nosso aliado, o proletariado internacional”.*

O resultado, porém, foi a URSS, uma super-potência que terminaria caindo, em 1991, vítima de suas próprias contradições, inclu-

ídas a gestão burocrática e a repressão das aspirações sociais, nacionais e culturais da imensa maioria de seus habitantes. O paralelo com a Revolução Francesa, tão usado pela primeira geração de revolucionários, mostrou logo seus limites. A revolução soviética não criara uma ‘nação’, mas dera origem a um processo histórico de alcance mundial. Sua sobrevivência, em termos históricos, dependia da realização dessa potencialidade.

Entre a Revolução de Outubro e a fundação da União Soviética transcorreram cinco anos, anos de vicissitudes econômicas e políticas, de guerra interna e de intervenção estrangeira. As nações aliadas da I Guerra Mundial intervieram a favor dos ‘brancos’, contra-revolucionários armados pelas potências externas. Tropas inglesas, francesas, americanas e japonesas desembarcaram na Rússia soviética: queriam derrubar o governo soviético e instaurar um regime favorável à continuação da Rússia na guerra; e sobretudo evitar a ‘contaminação’ da Europa, e do Oriente, pela revolução. Em defesa própria, a revolução se militarizou, o que teria conseqüências decisivas na evolução ulterior de uma URSS isolada do mundo.

No período que se seguiu à Revolução Russa, conselhos operários surgiram também em outros países, tanto europeus e ‘avançados’ (Alemanha, Inglaterra, Itália) quanto periféricos, ‘atrasados’ e agrários (Hungria e China). Para a vitória da revolução, contudo, era preciso que os conselhos tivessem uma direção revolucionária. Mas os chefes reformistas valiam-se da demagogia para anular a tendência dos soviets para a tomada do poder (foi o que ocorreu na Alemanha, no período de 1918-1923). Nas tragédias das comunas de março de 1926, em Cantão (China); de fevereiro de 1927, em Xangai; de janeiro de 1919, em Berlim; de 1936-37, na Espanha, o movimento revolucionário detinha o poder de fato, mas permitiu que ele lhe fosse arrebatado, uma vez que não soube sair da dualidade de poderes e destruir o Estado.

Desde 1923-24, quando a recuperação capitalista européia era evidente, os novos dirigentes russos começaram a propor ‘aspirações razoáveis’ (contra as perspectivas de 1917-23, qualificadas de ‘sonhos trotskistas’). Quando o impulso revolucionário no exte-

rior arrefeceu, Trotsky, atento aos novos desenvolvimentos, escreveu em 1924:

*“O programa americano de tutela do mundo inteiro não é um programa pacifista, mas grávido de guerras e crises. Os EUA afirmam poder fabricar barcos de guerra como pãezinhos: eis a perspectiva da próxima guerra mundial, que terá por teatro o Atlântico tanto quanto o Pacífico. Os conflitos militares são inevitáveis. A ‘era americana’ que parece abrir-se não é mais do que a preparação de novas guerras monstruosas”.*

A ‘era americana’ abriu-se, e as guerras resultantes foram mais monstruosas do que Trotsky imaginara. A II Guerra Mundial, com seus campos de extermínio e suas bombas atômicas, foram a sua expressão mais acabada. Mas as guerras (no Golfo Pérsico, na Iugoslávia, no Afeganistão, no Oriente Médio), os extermínios em massa (Palestina, Sudão, Ruanda) continuam até hoje. A Revolução de Outubro, na sua grandeza e nas suas limitações, na sua determinação e nas suas contradições, continua sendo o exemplo máximo da postulação de uma saída política e histórica definitivas do mundo da opressão e das guerras. ■

*Leia no próximo número:*

*Dossiê 90 anos da Revolução Russa - Parte II:*

*“Os marcos estratégicos do projeto socialista”, de Rodrigo Dantas.*

